



## Grupo Parlamentar



Exmo. Senhor  
Deputado José Matos Rosa  
M.I. Presidente da Comissão Parlamentar de  
Saúde  
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 02 de Janeiro de 2019

**Assunto:** Pedido de audição, na Comissão Parlamentar de Saúde, da Presidente da ADSE, I.P., Dra. Sofia Lopes Portela.

Senhor Presidente,

A instabilidade vivida ao longo do ano de 2018, entre a ADSE, I.P. e os prestadores privados de saúde do regime convencionado, atingiu novo pico a propósito das Regularizações que a ADSE pretende impor retroactivamente em relação a facturas de 2015 e 2016, já conferidas e já pagas.

Foi, mais uma vez, notícia um comunicado da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) que dá conta da possibilidade do cancelamento do regime convencionado por vários hospitais privados, em resultado da referida imposição por parte da ADSE, com impacto de cerca de 38 milhões de euros e que, alega a associação, vem criar *“uma situação em que os prestadores desconhecem, no momento em que os prestam, o preço pelo qual serão remunerados os serviços prestados aos beneficiários da ADSE, o que é incompatível com uma gestão sustentável da relação dos hospitais privados com este subsistema de saúde”*.

A instabilidade já vem de trás, sendo dela exemplo o momento de idêntica tensão vivido em Julho de 2018, a propósito dos preços de medicamentos e de próteses intra-operatórias, e consequente revisão de alguns preços relacionados com a urgência, o

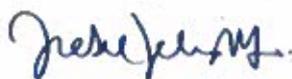
internamento e o bloco operatório, e bem assim, da eliminação desta mesma norma das regularizações. Na altura, a situação foi ultrapassada pela intervenção do Senhor Ministro da Saúde, que estabeleceu um período negocial a decorrer até 31/12/2018.

No entanto, nas palavras da Senhora Ministra da Saúde, em entrevista recente ao Diário de Notícias, *“a própria ADSE é uma entorse no sistema”*. E, para os prestadores privados de saúde no regime convencionado, esta visão representa um erro que, mais uma vez, pode pôr em causa os melhores interesses dos beneficiários da ADSE, hoje seus únicos financiadores.

Assim, tendo em conta o histórico conturbado de 2018 e a visão da actual tutela da ADSE, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende ser relevante e oportuno conhecer a posição da gestão da ADSE quanto a estas matérias, ouvindo a sua Presidente, a fim de que os beneficiários da ADSE possam saber com o que contam em 2019 quanto ao sistema que financiam.

Neste sentido e, ao abrigo dos Artigos 102º e dos números 1, 2 e 3 do 104º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição, na Comissão Parlamentar de Saúde, com a Senhora Presidente da ADSE, I.P., Dra. Sofia Lopes Portela, com o objectivo de explicar a esta Comissão os vários problemas e instabilidades que este subsistema de saúde tem vindo a atravessar - nomeadamente no que diz respeito às regularizações retroactivas de facturas relativas a 2015 e 2016 e à possibilidade de cancelamento do regime convencionado por parte de prestadores privados de saúde -, bem como quais planos do Conselho Directivo da ADSE, I.P. para a sua resolução.

Com os melhores cumprimentos,



(Isabel Galriça Neto)



(Teresa Caeiro)

Ana Rita Bessa

(Ana Rita Bessa)

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized initial 'A' followed by a horizontal line with a small loop at the end.

(Assunção Cristas)

